

REPRESENTAÇÃO VERSUS PRÁTICA NA CONSTITUIÇÃO IDENTITÁRIA POLÍTICA BRASILEIRA

Fátima M. Flôres de Vargas

Discente de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social- PPGAS, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. E-mail: fati.jornalista@gmail.com

Leandro Paiva

Doutorando em Antropologia Social pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Mestre em Antropologia Social pela UFAM. Pós-Graduado (Lato sensu) em Museografia e Patrimônio Cultural (Claretiano). Pós-Graduado (Lato sensu) em Arqueologia (Claretiano). Graduado em Educação Física (Claretiano). Graduado em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: professorleandropaiva@gmail.com

RESUMO

Este trabalho apresenta uma discussão sobre a formação da identidade política brasileira e as implicações que esse *ethos* representa nas interações e nas redes de relacionamentos estabelecidas entre os agentes e partidos políticos. O objetivo é destacar como as representações ocupam o lugar das práticas nas interações, dentro de um perfil idiosincrático de oposição. Para tanto, será abordado primeiramente a formação da identidade brasileira, seguido da compreensão do perfil do indivíduo político, e por fim, como as representações substituem as práticas nas redes de relacionamentos, auxiliado pelo aporte teórico de Alfredo Bosi, Roger Bastide, Sergio Buarque de Holanda e José Basini.

Palavras-chave: Representação, Prática, Política, Identidade.

ABSTRACT

This paper presents a discussion about the formation of Brazilian political identity and the implications that this ethos represents in the interactions and networks of relationships established between political agents and parties. The objective is to highlight how representations take the place of practices in political interactions, within an idiosyncratic profile of opposition. Therefore, the formation of the Brazilian identity will be addressed first, followed by the understanding of the profile of the political individual, and finally, how representations replace practices in relationship networks, aided by the theoretical support of Alfredo Bosi, Roger Bastide, Sergio Buarque de Holanda and José Basini.

Keywords: Representations, Practices, Politics, Identity.

INTRODUÇÃO

É nos meandros da vida social, pelas formas comportamentais, das ações e reações dos indivíduos e grupos que é possível interpretar o passado e o processo de formação de uma determinada sociedade. A maneira como as representações individuais concebem e interagem com o mundo que as cercam, permeadas por símbolos, ritos e mitos produzidos e transmitidos pela memória é denominado de representações coletivas. A consciência coletiva, os valores e comportamentos de uma sociedade nunca são totalmente autônomos. Antes é desenvolvida com base em uma realidade fundante e que permanece atuante por meio da memória coletiva e determinam as idiosincrasias do presente.

Assim, apreender uma sociedade, as formas como se organizam os grupos e como são estabelecidas as interações entre esses grupos e entre os indivíduos não permite ser pensada somente com base no presente ou num passado próximo. Contudo, é

imprescindível buscar nas raízes de formação esse *ethos* peculiar, que constitui cada sociedade. É nesse entrecruzamento do passado com o presente que, as representações e as práticas são acionadas com objetivo de emergir anseios e intenções de indivíduos e redes. No campo político, essas intenções são constantemente ativadas com intuito de obscurecer as práticas reais, presentes nas interações entre representantes políticos e partidos políticos. As ações e intenções reais desses agentes são camufladas pelas representações, com objetivo fim de conquista dos interesses próprios ou do partido que representam.

Entretanto, buscar compreender como as representações perpassam esse universo, requer acessar a formação da própria identidade brasileira, durante o período colonial. Interpretar o mundo das representações presentes no campo político, o modo como se engendrou um comportamento dualístico de cordialidade e hostilidade, alianças e rivalidades que permeiam as relações. Dessa forma, contamos com o aporte teórico de Alfredo Bosi, que em “A dialética da colonização” nos permite apreender semanticamente os termos relacionados à colonização. Bem como, Roger Bastide (1957) trabalha os contrastes que marcam a sociedade brasileira no decorrer do processo histórico. E Sergio Buarque de Holanda, em “Raízes do Brasil” presta sua contribuição para entender a formação do perfil do político, que oscila entre cordialidade e hostilidade.

Também coopera teoricamente com este trabalho o professor José Basini, que em “Alteridades agônicas: *el cordialismo y el agresivismo como ethos-teorias em el sur de América,*” retoma o pensamento do homem cordial de Sergio Buarque de Holanda e defende que a cordialidade desenvolvida no Brasil, se deu a partir de relações étnico-culturais-políticas coloniais, que estão implicadas no sistema administrativo de modelo patriarcal e personalista, cujos interesses orbitam em torno de grupos ou personalidades específicas. Esse aporte constitui subsídios que possibilitam compreender a construção dessas representações, de ambiguidades e disputas que se encontram imbricadas no campo político brasileiro. Uma identidade que se apresenta em novos contextos, porém, com velhos paradigmas.

1. A GÊNESE DA FORMAÇÃO IDENTITÁRIA BRASILEIRA

Para falar em formação da identidade nacional, compreendendo as bases sobre as quais foram implantadas conforme o processo de colonização, Alfredo Bosi (1992) dirá

que o colonizador, o *incola*,¹ a fim de cultivar, na verdade para se apossar dessa terra, tornar-se-á então um *colonus*.²

Esses, apropriam-se “como se fossem verdadeiros universais das sociedades humanas, a produção dos meios de vida, as relações de poder, a esfera econômica e a esfera política, reproduzem-se e potencializam-se toda vez que se põe em marcha um ciclo de colonização”. Colonizar não representa somente o “tomar conta de, sentido básico de colo”. Esse cuidado implica também em mando, domínio. Sem embargo, o colonizador europeu traz consigo a égide ideológica de ser aquele que vem não para conquistar, mas para descobrir e povoar. Como alguém que vem trazendo grande benefício, o poder civilizatório. Esse era o discurso propagado tanto na Europa, quanto na colônia. O colonizador se colocava no lugar de um herói que vinha em nome da salvação do povo, da terra e da colônia. Uma representação para velar a verdadeira prática, ou seja, a colônia representa um “espaço que se está ocupando, terra ou povo que se pode trabalhar e sujeitar” (BOSI, 1992, p. 12).

O colonizador traz o hábito de cultivar e dominar a terra, a colônia, que no original, significa *cultus*.³ Bosi (1992, p. 13) enfatiza que *cultus* não é somente o ato de trabalhar a terra, mas os efeitos que isso produz são os resultados desse trabalho. “*Cultus* é sinal de que a sociedade que produziu seu alimento já tem memória.” Entretanto, o termo não é usado somente para o trabalho da terra, mas também para o “culto dos mortos”, que constitui as formas elementares de religiosidade, a lembrança e interação com os antepassados. Esse é, do ponto de vista da Antropologia, o princípio funcional entre o sagrado e o solo, a economia do mundo imaterial com o material. O local onde repousa o antepassado é também a terra na qual se planta o alimento. Assim, a terra e a religião compõem-se como elementos constituintes da história humana e completamente entrelaçadas. Desde as sociedades consideradas simples e mesmo com o processo de complexificação econômica, política e religiosa, esses elementos não perderam tais características.

A forma de enraizamento do passado e sustentação de uma identidade, se dá por intermédio de trocas simbólicas, dos discursos, ritos e mitos, relações de domínio que formam os laços entre os grupos (Bourdieu, 1987). Essa identidade sofre constantes

¹ Termo original do latim para nominar aquele que emigra para uma terra alheia.

² Aquele que cultiva a propriedade em lugar do dono original, ou seja, um colonizador.

³ Termo grego na qual “atribuía-se ao campo que já fora arroteado e plantado por gerações sucessivas de lavradores” (BOSI, 1992, p. 13).

(re)atualizações, assim como os ritos e os cultos, mas sempre perpassadas por lutas em busca de recursos materiais e sobrevivência. Ademais, por relações de poder que permeia toda e qualquer sociedade. Assim, o processo de colonização além de ser “totalizante”, de ocupação de um novo território, de exploração dos recursos naturais e humanos deste território, uma ocupação econômica, é também de ordem subjetiva, metafísica.

Não há dúvida de que, nos traumas sociais e nas migrações forçadas, os sujeitos da cultura popular sofrem abalos materiais e espirituais graves, só conseguindo sobrenadar quando se agarram à tábua de salvação de certas engrenagens econômicas dominantes (BOSI, 1992, p. 51).

O econômico, o político e o religioso são campos de domínio que dificilmente se separam. Ao contrário, mediante conflitos e assimetrias solidificam vigorosas alianças dando solidez a ambos. “A Cruz vencedora do Crescente será chantada na terra do pau-brasil, e subjugará os tupis, mas em nome da mesma cruz, haverá quem peça liberdade para os índio e misericórdia para os negros” (BOSI, 1992, p.15).

Economia, política e religiosidade são, historicamente, elementos constituintes de nossa colonização e servem para dominação e conquistas de interesses. Primeiro no *incola*, o colonizador que se apossa de que é do outro. Todavia, forma um *ethos*, uma identidade nacional em que permanecem os vestígios de uma formação baseada em domínio e conflito, em cruz e espada, em religiosidade e luta. Uma identidade fundamentada em tráficos e senzalas, monoculturas e latifúndios, economias centralizadas em regiões, grupos e personalidades. Condições que determinaram comportamentos e estilos de vida dos povos subalternizados. Assim, formou-se a identidade brasileira, uma sociedade com valores dicotômicos, perpassados por ideologias, oscilação entre alianças e antagonismos constantes, entre classes; entre grupos religiosos e políticos. Uma sociedade disposta, sempre que necessário, a desempenhar papéis, no sistema produtivo, econômico, político e religioso.

Essa condição, segundo Bosi (1992, p. 26) perpassa o modo de vida do brasileiro, uma existência “interpessoal e subjetiva”. Uma história de “empatias e antipatias”. O que Holanda (1983) denominará de cordialidades e hostilidades. Elementos que movimentam grupos sociais e seus anseios. Além disso, o imaginário das interações cujos objetivos são a conquista de interesses particulares. São relações produzidas dentro dos campos de atuação, a partir de representações, na qual as práticas reais tornam-se obscurecidas.

2. O PERFIL DO POLÍTICO BRASILEIRO BASEADO NO ETHOS DE REPRESENTAÇÃO

As elites políticas no Brasil se estruturaram, desde o período colonial e pós-colonial, a partir de ciclos econômicos específicos como, o açucareiro do nordeste, cafeeiro e leiteiro do sudeste. Outrossim, vale acrescentar a produção de carne do sul do país que, assim como os demais citados, assentou-se com bases num modelo aristocrático e agrário de crescimento, da exploração humana e dos recursos naturais. Além do desprezo aniquilatório pela cultura local. Esses elementos forjaram um perfil aristocrático baseado no patriarcalismo, pragmatismo e acima de tudo em um brasileiro empoderado, com objetivos próprios e impositivos. Antes da industrialização, esse tipo de economia agrária desenvolveu grandes latifúndios e monoculturas, em contrastes com economias de subsistências e enormes abismos sociais, com uma maioria populacional completamente isolada de autonomia econômica e política. Aspectos que perduraram com o processo industrial (BASTIDE, 1957).

A formação da elite brasileira se deu a partir de uma mentalidade aristocrática eurocêntrica, dominadora e avessa à valorização da própria cultura e dos interesses comuns. O que desdobrou-se num perfil social de uma elite personalista, egocêntrica e de um individualismo comprometido especificamente com os próprios interesses. A compreensão desse processo histórico, permite apreender como se ordenam e se ressignificam na contemporaneidade essas antigas estruturas elitistas. Suas novas formas de se organizar, incorporadas ao pensamento social brasileiro, nas instituições e nas interações, a partir das elites dominantes⁴. Essa composição da tessitura socioeconômica e política do país, cimentou uma falta de coesão social em decorrência dos processos traumáticos, ocorridos durante o percurso histórico. Resultando numa “cultura de personalidade,” em que o prolongamento no tempo se fez representar por intermédio das oligarquias que ainda dominam (BASTIDE, 1957; HOLANDA, 1983).

De acordo com Holanda (1983), essas estruturas patriarcais e arcaicas trouxeram amarras que obstruíram a vivência de um presente autônomo e incidiram sobre os padrões de convívio do indivíduo. O homem cordial, que se apresenta nas relações sociais constituem um *ethos* comportamental de um indivíduo implicado emocionalmente, sem polidez e atrelado às velhas formas do regime escravocrata. A antiga ordem colonial, se

⁴ Segundo Karl Marx, as ideologias dominantes são estruturadas a partir das classes dominantes (MARX, 1989).

funde às novas formas de tessituras sociais e as novas relações de trabalho. Antônio Cândido, conforme Bastide e Holanda, asseverou que, este perfil de cordialidade entre os brasileiros, se desenvolveu a partir das interações históricas de oposição e hostilidade, uma cordialidade definida por interesses próprios.

Os traços personalistas e aristocráticos das estruturas conservadoras e ávidas por saciedade dos anseios pessoais, engendrou desigualdades entre classes e hegemonias econômicas e políticas. O homem público brasileiro pode ser compreendido em “O homem cordial” que, segundo Holanda (1983), não aceita as relações impessoais, antes tem necessidade de pessoalidade com características instituídas de superficialidades e revestidas de polidez. A cordialidade, nesse caso, não representa simpatia ou bondade. Denota repulsa às condições formais e convenções sociais. Assim, para conseguir burlar regras e formalismos é gerada uma sociabilidade apenas no nível aparente, uma aproximação e intimidade interesseira.

Esses aspectos agem como uma espécie de máscara que protege o homem nas suas emoções reais. Ele se obriga a manter constante vigilância nas suas atitudes e reações. São relações constituídas de representações, que camuflam as verdadeiras práticas e intenções do homem público ou daquele que atua em nome da coletividade. Essas relações perpassam o âmbito intimista e familiar, obscurecendo o rigor necessário para uma sociabilidade baseada na confiança. Características que refletem também no âmbito do Estado, que tem como pressuposto a atuação uníssona em prol da população e de maneira universalizante, de implantação de leis gerais.

Dentro desse perfil de interações, o homem público que deve exercer suas atividades em nome do Estado e de acordo com os interesses coletivos, termina condicionando um *modus operandi* de atuação particular e em favor de interesses específicos, gerando conflitos dentro da tessitura social. Um entrelaçamento de interesses e de relações personalistas e familiares que geram consideráveis obstáculos para distinguir o público do privado e a apropriação desses dois elementos em causas particulares. Esse personalismo no âmbito da representação política, desencadeou desconfiança e fragilidade no que diz respeito às instituições públicas e políticas. Além disso, originou famílias que se constituem historicamente como verdadeiros clãs que operam no poder administrativo e parlamentar do país.

A prática e atuação dentro das relações coletivas e individuais, bem como, as relações estatais estão cristalizadas como uma espécie de bem patrimonial e de relações interpessoais. Oscilam entre cordialidade e hostilidade, entre interesses particulares e o

bem comum. Relação originada em ordem de coesão, que desencadeia expressões comportamentais de fundo emotivo e ganancioso, além de superficial. Um jogo de ambiguidades paradoxais, que funciona como uma “teoria social credível,” que objetivamente legitima todos os aspectos desse jogo social. Um sistema administrativo patriarcal e individualista, desenvolvido a partir de interesses de grupos determinados e das “vontades particulares” desses indivíduos ou grupos (HOLANDA, 1983, p. 106; BASINI, 2009). Assim, só é possível compreender a inteireza das relações e as reais intensões das pessoas públicas no Brasil, a partir do momento que se consegue depreender a assimetria entre representação e prática.

3. AS REPRESENTAÇÕES E AS PRÁTICAS NA CONSTITUIÇÃO DAS REDES DE PODER POLÍTICO-PARTIDÁRIAS

Compreender a forma como as representações influenciam e são influenciadas pela memória, bem como, pelo imaginário individual e coletivo dentro do processo político ganha relevância, uma vez que a história brasileira está permeada de mitos e heróis. Constantemente, a sociedade suscita e é instigada a suscitar novos mitos e heróis, e como essas representações de heróis modernos são introjetadas nas formações discursivas e rituais políticos, como uma espécie de crença. Essas representações se condicionam como coercitivas dentro da sociedade. São permeadas de um discurso ideológico, tornando extremamente difícil para os indivíduos filtrarem essa carga de representações, que tem como objetivo servir a interesses particulares ou de grupos específicos.

Historicamente, no Brasil e na América Latina, os contextos políticos são perpassados por mitos criados em torno de personalidades, a cada eleição surge novos mitos ou heróis. Esse fator está condicionado no imaginário coletivo da população. Os mitos surgem em meio aos anseios de mudanças sociais por parte da população. Por exemplo, alguém que levante a bandeira dos desfavorecidos economicamente, na qual constituem a maioria dentro desses países. Com um discurso em nome da “salvação,” essas personalidades políticas ganham a confiança provisória da população, até que seus objetivos sejam alcançados. Porém, quando se constata que, do ponto de vista prático, nada significativamente mudou, ao contrário, os avanços algumas vezes significam retrocessos, é o momento no qual inicia mais um processo de criação de um novo mito ou herói, que alcance a credibilidade do povo (MEIRELLES, 2011).

Para se estruturarem no poder, ocorre o processo de formação de redes político-partidárias. Movimento sincrético, uma vez que as redes se formam de maneira indiferenciada, sem qualquer restrição. Grupos e coligações anteriormente opostas se reordenam em coalizões completamente inesperadas, causando perplexidade nos que estão de fora e não apreendem as reais intenções e interesses desses grupos. São as representações em contraposição às práticas reais.

Nos eventos, sejam eles políticos ou de segmentos específicos da sociedade, essas representações ganham extrema evidência. Meirelles (2011) explica que, esse processo de estabelecer relação com o eleitor e segmentos específicos da sociedade, é um novo estilo de se fazer política. Um trabalho a longo prazo, que busca consolidar redes de interação e obter apoio desses segmentos durante o período de pleitos. Por isso, a forte presença de lideranças partidárias em eventos religiosos. Como exemplo, o autor cita a procissão de Nossa Senhora dos Navegantes, na cidade de Porto Alegre. Nessa ocasião, uma comitiva da liderança de um partido político do Estado compareceu diante do povo e junto com demais partidos políticos, além de vários outros segmentos religiosos.

Esses momentos em que políticos e partidos distintos se apresentam unidos pelas mesmas causas e interesses, permitem obscurecer os interesses genuínos, por meio de representações e discursos enunciados em nome de uma “*pax universal*.” As lideranças políticas em destaque no altar, durante os eventos religiosos e diante da população de eleitores concebem essas ocasiões como propícias, uma vez que o ato litúrgico sacraliza a imagem desgastada do político, ao passo que a liturgia é profanada pela presença desse político (MEIRELLES, 2011).

Os campos se entrelaçam em favor de interesses próprios. O campo político busca estratégias de ocupar espaços, de se fazer presente, apresentando uma apologia de paz universal, um discurso tipicamente do âmbito religioso. Enquanto o campo religioso enuncia um discurso sobre evangelização e transformação do mundo, de igualdade social, o que também é um discurso do âmbito político. Uma espécie de bricolagem estabelecida por diferentes campos de atuação com o objetivo de constituir redes entre um e outro, ambos em busca de conquistar espaços.

Esse microcosmo social de interações se configura baseado em interesses comuns, o que Bourdieu (2004) denomina de campo. Ele é composto de leis e regras próprias e de certa autonomia, mas que sofre influência de estruturas macros. O campo é um espaço permeados por conflitos. Os indivíduos que os integram, o fazem com objetivos de manter ou conquistar determinados arranjos ou posições. As redes se configuram dentro do

campo político para fortalecer o empoderamento tanto partidário, quanto de personalidades que representam esses partidos.

As representações efetivadas no campo político podem ser apreendidas pelo pensamento goffminiano da teatralidade, em nome da afirmação da fachada pessoal. O intuito é fazer com que o homem público apresente-se diante dos seus observadores e eleitores de forma a produzir uma boa impressão e conforme uma interatividade social de valorização pessoal e aceitação. É a preservação da fachada pessoal e a representação em busca de se afirmar socialmente por meio da aceitação do outro e, assim, conquistar os votos dos eleitores (GOFFMAN, 2009). Michel de Certeau (2008), aborda as representações enquanto mecanismo de condução do convencimento alheio. São dispositivos e procedimentos persuasivos usados em nome do convencimento do outro, que também produz um substrato de coação e sujeição.

No campo político, as práticas estão perpassadas por inúmeras representações, relações e anseios de poder, veladas nos discursos e atitudes dos homens públicos. As práticas reais estão impregnadas de rivalidades e antagonismos. Entretanto, permitem lugar às representações durante as aparições em atos públicos, nas coligações e alianças realizadas antes dos pleitos, são encenações diante do público, um “papel desempenhado.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação da identidade brasileira está implicada com uma determinada forma de ser e estar na contemporaneidade, de acordo com um conjunto de representações comuns, com as quais os valores, as crenças e o modo comportamental estão ligados ao processo de colonização. Um *ethos* de formação, que inculcou na memória coletiva essas representações e ancoram os variados campos da sociedade brasileira, entre estes, o campo político. Todo o processo de interação entre indivíduos e redes de relacionamentos estão conformadas sobre essa gênese de formação identitária.

A maneira como se enraizou e sustentou essa identidade, por meio de trocas simbólicas, dos discursos, dos mitos, forjaram relações de poder, permeadas por conflitos e dicotomias constantes entre indivíduos e/ou grupos. Um percurso histórico marcado por domínio e servidão, empatias e antipatias, na qual as interações são de cordialidade e hostilidade. As representações oscilam de acordo com os interesses dos agentes, um perfil

social que engendrou uma elite aristocrática, patriarcal e personalista, cujos objetivos estão atrelados ao comprometimento dos interesses particulares.

Amarras que incidiram sobre padrões de convívio e formas de atuação social, o homem público ou representante político brasileiro se apresenta revestido por representações de cordialidade, avesso a normas e formalidades. Uma sociabilidade aparente, que busca dissimular práticas interesseiras. Práticas intimistas e personalistas, que obstruem uma sociabilidade baseada na confiança e na atuação coesa, em favor da administração de caráter coletivo. Esse *modus operandi* de interação social, desenvolveu obstáculos para distinção entre público e privado, na concepção e atuação político-partidária e de personalidades políticas, prejudicando contínua e sistematicamente a população como um todo. População essa, que apresenta dificuldades em distinguir dentro do campo político, o que é prática real da representação.

Para tentar suprir os antagonismos e numa busca por credibilidade, a história política brasileira constantemente suscita mitos e heróis. A cada eleição se faz necessário o irrompimento de um pretense “salvador,” uma personalidade que se comprometa a atuar de acordo com os interesses da coletividade. Até que o mito permita transparecer o caráter representativo dessa intencionalidade e um novo herói tenha que despontar, ou seja, um processo sistêmico. Nesse intuito de conquista da confiança alheia e autoafirmação política, redes de interações são constituídas, tanto dentro do próprio campo político, entre partidos, assim como outros segmentos específicos da sociedade (Ex.: religioso). São representações nas quais diferentes campos interagem por intermédio de redes, como estratégias de ocupar espaços e conquistar seus objetivos.

REFERÊNCIAS

BASINI, José. **Alteridades agónicas: el cordialismo y el agresivismo como ethos-teorias en el sur de América.** In: VIII Reunión de Antropología del Mercosur “Diversidad y Poder en América Latina,” Buenos Aires – Argentina 2009.

BASTIDE, Roger. **Brasil: terras de contrastes.** Paris: Hachette, 1957.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico.** São Paulo: UNESP, 2004.

_____ **O mercado dos bens simbólicos.** In: A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Editora Perspectiva, 1987.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização.** São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano:** Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2008.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana.** Petrópolis: Vozes, 2009.

HOLANDA, Sergio Buarque. **O homem cordial.** Em: Raízes do Brasil. Rio de Janeiro: J. Olympio, 16 ed., 1983.

MARX, Karl e ENGELS, F. **A ideologia alemã.** São Paulo: Martins Fontes, 1989.

MEIRELLES, Mauro. **Imaginários políticos e religiosos no sul da América Latina.** Tese (Doutorado), UFRGS, Porto Alegre, RS, 2011.